

FÁBIO GOULART TOMKOWSKI

CONSTITUIÇÃO ECONÔMICA E PRODUTIVIDADE

Prefácios

Ives Gandra da Silva Martins
Fernando Facury Scaff

Apresentação

André Ramos Tavares



Leitura obrigatória para os interessados nos estudos sobre a produtividade econômica, a presente obra, por meio de abordagem profunda e inovadora, torna-se a principal referência no âmbito jurídico para a compreensão do tema. Nela, o autor busca responder se “a busca pelo aumento de produtividade econômica é uma norma que pode ser construída como decorrência da ordem constitucional da forma preconizada pela Constituição brasileira de 1988”. Ao demonstrar que a resposta é afirmativa, outras questões acabam por ser solucionadas, tais como: i) quais são as implicações dessa constatação?; ii) como se deu a incorporação da busca pelo aumento da produtividade pelo Direito brasileiro?; iii) a previsão da busca pelo aumento da produtividade na Constituição brasileira consiste em um caso isolado ou há exemplos de constituições que também demonstraram essa preocupação?; iv) a busca pelo aumento da produtividade já era uma preocupação do legislador constitucional na Assembleia Constituinte de 1987?; v) em quais outros dispositivos da Constituição a busca pelo aumento da produtividade está prevista e com quais outros dispositivos ou aspectos constitucionais ela se relaciona? Eis um livro que contribui de maneira única e substancial para os avanços dos estudos jurídicos.

“A leitura desta obra servirá não apenas de base para futuros novos desdobramentos do tema, como também de estímulo para que se promova a necessária conscientização e segurança acerca do caminho que devemos percorrer como sociedade.” *André Ramos Tavares*

Área específica

DIREITO ECONÔMICO

Áreas afins

DIREITO CONSTITUCIONAL

Público-alvo/consumidores

Alunos de graduação, pós-graduação e operadores do Direito em geral. Pode ser utilizada também por economistas e formuladores de políticas públicas.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 10001862

“Esta obra demarca, portanto, um corte transversal sobre o tema, demonstrando a interdisciplinaridade própria do Direito Econômico, em especial das relações com a Constituição. Trata-se de uma obra de referência que recomendo.” *Fernando Facury Scaff*

“Quero cumprimentar o eminente autor pela originalidade da tese e pelo bem escrito estudo, que abre perspectivas enormes de pesquisas sobre a disciplina jurídica cada vez mais necessária para estimular a produtividade nacional, num mundo de globalização econômica.” *Ives Gandra Martins*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

T658c Tomkowski, Fábio Goulart

Constituição econômica e produtividade / Fábio Goulart Tomkowski.– Belo Horizonte : Fórum, 2021.

376 p.E-book.

ISBN: 978-65-5518-128-9

1. Direito Econômico. 2. Direito Constitucional. I. Título.

CDD: 341.378

CDU: 346

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

TOMKOWSKI, Fábio Goulart. *Constituição econômica e produtividade*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. E-book. ISBN 978-65-5518-128-9.

FÁBIO GOULART TOMKOWSKI

Advogado, Professor e Juiz do Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo. Consultor Tributário do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Doutor em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela USP. Mestre em Direito pela PUCRS. *Visiting Researcher* na Harvard Law School (EUA) e no Max-Planck-Institut für Steuerrecht und Öffentliche Finanzen (Alemanha). Presidente do Instituto Brasileiro de Direito das Startups (IBDStartups).

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Ives Gandra da Silva Martins	9
PREFÁCIO	
Fernando Facury Scaff	11
APRESENTAÇÃO	
André Ramos Tavares.....	13
INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1	
O PERÍODO DE TRANSIÇÃO PARA O CAPITALISMO E A QUESTÃO DA PRODUTIVIDADE.....	25
1.1 A economia europeia pré-capitalista.....	25
1.2 O mercantilismo e as políticas estatais para incremento da produtividade.....	31
1.3 As mudanças no pensamento econômico na transição para o capitalismo	41
CAPÍTULO 2	
A PRODUTIVIDADE NO PENSAMENTO ECONÔMICO	45
2.1 Fisiocracia.....	45
2.2 Classicismo.....	53
2.2.1 Adam Smith.....	53
2.2.2 Thomas Malthus.....	62
2.2.3 David Ricardo.....	72
2.2.4 John Stuart Mill	84
2.3 Marxismo.....	94
2.4 Neoclassicismo	107
2.5 Keynesianismo	111
2.6 A produtividade na visão das instituições internacionais.....	115
CAPÍTULO 3	
A PRODUTIVIDADE EM CONSTITUIÇÕES ESTRANGEIRAS	129
3.1 Constituições da América	129
3.2 Constituições da Europa	138
3.3 Constituições do Oriente Médio	145
3.4 Constituições da Ásia	146
3.5 Constituições da África	147
CAPÍTULO 4	
A INCORPORAÇÃO DA BUSCA PELO AUMENTO DA PRODUTIVIDADE NO DIREITO BRASILEIRO	151
4.1 A produtividade em economistas brasileiros	152
4.2 A produtividade e sua relação com o direito econômico.....	168
4.3 A incorporação da busca pelo aumento da produtividade na legislação infraconstitucional brasileira.....	174
4.3.1 Fundo de Desenvolvimento da Produtividade	174
4.3.2 Incentivos fiscais à Zona Franca de Manaus.....	175
4.3.3 Incentivos fiscais à inovação tecnológica.....	176
4.3.4 Programa Brasil Mais Produtivo	178
4.3.5 Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031	179
4.4 As constituições brasileiras anteriores a 1988 e a incorporação da busca pelo aumento da produtividade no âmbito constitucional	184
4.4.1 O silêncio das constituições brasileiras de 1824, 1891, 1934, 1937 e 1946 relativamente à questão da produtividade	184

4.4.2	A Constituição de 1967 e a previsão do desenvolvimento como princípio da ordem econômica: indícios de uma virada histórica....	185
4.4.3	A Emenda Constitucional nº 1, de 1969, e a incorporação da busca pelo aumento da produtividade no âmbito constitucional	186
4.5	A queda da produtividade brasileira em comparação aos países avançados e sua relação com a normatividade brasileira	189

CAPÍTULO 5

	A CONSOLIDAÇÃO DA BUSCA PELO AUMENTO DA PRODUTIVIDADE COMO FUNDAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA CONSTITUIÇÃO DE 1988	195
5.1	Preliminares: a produtividade nos debates da Constituinte brasileira	195
5.1.1	Comissão da Ordem Social	195
5.1.2	Comissão dos Direitos dos Trabalhadores	197
5.1.3	Comissão da Ordem Econômica	205
5.1.4	Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente	207
5.1.5	Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso	208
5.1.6	Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais	209
5.1.7	Subcomissão de Ciência e Tecnologia	212
5.1.8	Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica	213
5.2	O aumento da produtividade como fundamento para o desenvolvimento sustentável	217
5.3	A busca pelo aumento da produtividade como norma constitucional transformadora decorrente do desenvolvimento	220
5.4	O caráter normativo da busca pelo aumento da produtividade e a superação da doutrina da (in)eficácia das normas constitucionais	225
5.5	Interdependência normativa da produtividade na Constituição brasileira	231
5.5.1	Educação	232
5.5.2	Infraestrutura	244
5.5.3	Pesquisa e desenvolvimento	265
5.5.4	Inovações tecnológicas	275
5.5.5	Agricultura	300
5.5.6	Igualdade	326
	CONCLUSÕES	343
	REFERÊNCIAS	353